



Anais da Assembléia

Nº 04

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, EM 03 DE MARÇO DE 1989

ANO XV

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 02.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 03 DE MARÇO DE 1.989
SEXTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Srs. Deputados Tadeu Lúcio Machado e Werner Wanderer.

Às dez horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessutti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acyr Mezzadri, Amélia Hruschka, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, Dirceu Manfrinato, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrarini Júnior, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Alves, José Felinto, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Paulo Fariatti, Pedro Tonelli, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert (46). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, David Cheriegate, Djalma de Almeida César, Gernote Kirinus, José Rogério Carvalho, Luiz Carlos Alborghetti e Namir Piacentini (08).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 046

Senhor Presidente.

O Deputado infra-assinado, no uso de

suas atribuições regimentais, REQUER que, após ouvido o egrégio Plenário, seja apreciado em Regime de Urgência, o Projeto de lei n. 324/88, que dispõe sobre a autorização para o Governo do Estado do Paraná expedir ao município de Ponta Grossa um título de domínio pleno do imóvel denominado "Botuquara", situado naquele Município.

Sala das Sessões, em 03.03.89.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

REQUERIMENTO Nº 062

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER:

A designação do dia 17 de maio de 1989, às 15:00 horas, para a realização da Sessão Solene de entrega de Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor João Adballa, aprovado por esta Casa de Leis e sancionado pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 03.03.89.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO Nº 045

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor José Mendes, ocorrido nesta Capital.

Tal passamento vem consternar a sociedade Curitibana face aos dotes morais do extinto.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência à família enlutada, no endereço: Rua Luiz França, nº 2731.

Sala das Sessões, em 03.03.89.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

REQUERIMENTO Nº 057

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Nelson Vasconcellos que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa Executiva, ouvido o Plenário, o envio de voto de profundo pesar pelo falecimento do Jornalista Renato Muniz Ribas.

Sala das Sessões, em 03.03.89.

(a) NELSON VASCONCELLOS.

JUSTIFICATIVA:

O Jornalista Renato Muniz Ribas, muito contribuiu para o fortalecimento da imprensa paranaense onde se destacou como um dos brilhantes profissionais. Deixa com a sua morte toda a imprensa de luto. Nascido na Lapa em 17 de agosto de 1933, onde iniciou sua carreira de jornalista na sua própria cidade, vindo em seguida para Curitiba, onde desempenhou, de maneira ímpar a sua profissão.

Requer ainda, o envio de expediente à família enlutada a Rua Francisco Rocha, 1735- ap. 701- Edifício Casa Alta- Curitiba- Paraná.

REQUERIMENTO N° 047

Senhor Presidente.

O Deputado infra-assinado, com base no art. 134, § 1° inciso IV do Regimento Interno, REQUER que, após ouvido o egrégio Plenário, seja inserido na Ata dos Trabalhos de hoje um voto de congratulações a Sra. YARA MARIA BAGGIO ANNIBELLI, pelo seu extraordinário desempenho frente à Associação das Senhoras dos Deputados, neste Poder Legislativo.

Sala das Sessões, em 03.03.89.

(a) EDMAR LUIZ COSTA.

JUSTIFICATIVA:

A entidade acima mencionada, foi fundada em 1972 e desde aquela época se encontrava desativada. A Sra. YARA MARIA BAGGIO ANNIBELLI, tomou posse em sua presidência no dia 29 de abril de 1987, reativando-a e dando início ao real propósito a que se destina, promovendo a assistência social do Paraná e implementando, inclusive a exercida pelos gabinetes dos Senhores Deputados.

Pela sua eficiência e ativo desempenho frente à Associação das Senhoras dos Deputados, sinto-me honrado em registrar minhas mais sinceras homenagens.

REQUERIMENTO N° 049

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de votos de congratulações, pelas posses na Ordem dos Advogados do Brasil, aos Advogados José Cid Campelo, Presidente, Fernando Vidal de Oliveira, Vice-Presidente e, Conselheiros.

Sala das Sessões, em 03.03.89.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEAO.

REQUERIMENTO N° 050

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, votos de congratulações à Editora Jornalística Paranaense em Página, na pessoa de seu Diretor Proprietário, Senhor Cândido Gomes Chagas,

pela comemoração dos 24 (vinte e quatro) anos de existência da Revista, que possui suas instalações à Rua Augusto Stelfeld, 70, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 03.03.89.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEAO

REQUERIMENTO N° 051

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de votos de congratulações pelas posses no Tribunal de Justiça, aos Desembargadores: Abrahão Miguel, Presidente; José Lemos Filho, Vice-Presidente; e, Plínio Cachuba, Corregedor.

Sala das Sessões, em 03.03.89.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEAO.

REQUERIMENTO N° 053

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de congratulações à APASDE - Associação Paranaense de Senhoras de Deputados Estaduais, nas pessoas de sua Presidente: Sra. YARA MARIA BAGGIO ANNIBELLI, Vice-Presidente, Sra. LINDOMAR SOLANGE S. QUINTANA; 1ª Secretária: Sra. CLERI BECHER DE MATTOS LEAO; 2ª Secretária: Sra. NIVA SABOIA KHURY e demais componentes da Diretoria, pelo excelente desempenho de sua gestão, frente à Entidade.

Sala das Sessões, em 03.03.89.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEAO.

REQUERIMENTO N° 054

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção em Ata, de um voto de regozijo pelo transcurso do 26º Aniversário de fundação do Jornal "Diário Popular", no próximo dia 04 de março.

Que da decisão da Casa, se dê ciência ao seu Diretor-Presidente, o Jornalista Abdo Aref Kudri, (Rua XV de Novembro, 1190).

Sala das Sessões, em 03.03.89.

(a) LUIZ ANTÔNIO SETTI.

REQUERIMENTO N° 059

SÚMULA: Requer formação de Comissão interpartidária para acompanhar, conflitos existentes na ocupação de terras no município de Inácio Martins.

Senhor Presidente.

Os Deputados que subscrevem o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM a formação de uma comissão INTERPARTIDÁRIA, para averiguar "in loco" a situação de violência e ameaças que es-

tão ocorrendo no acampamento dos sem-terras no Município de Inácio Martins, neste Estado.

Sala das Sessões, em 03.03.89.

(aa) PEDRO TONELLI
PAULINO JOSÉ DELAZERI
NEREU CARLOS MASSIGNAN
NELSON VASCONCELLOS
VERA AGIBERT
ALGACI TÚLIO
VALDERI MENDES VILELA
ANTÔNIO COSTENARO NETO
EDMAR LUIZ COSTA.

JUSTIFICATIVA:

Nos últimos dias a situação de violência que se instalou no Município de Inácio Martins, tornou-se insuportável. Duas mortes registradas, emboscadas, feridos e uma lista de 35 pessoas condenadas à morte. Dentre os listados para morrer, estão o Bispo Dom Albano Cavallin, Bispo de Guaruapuava, dois agentes da CPT, Comissão Pastoral da Terra, a irmã Lia, sendo o restante dos listados lideranças dos sem-terras acampados e pessoas que lhes têm prestado ajuda. Este quadro é grave, urge medidas imediatas. A formação desta Comissão Especial Interpartidária, servirá para averiguar no local o quadro de violência, para posterior encaminhamento de soluções que visem equacionar este problema; e o que é mais importante garantir a segurança e a vida dos "listados" para morrer.

REQUERIMENTO Nº 060

Senhor Presidente.

As lideranças partidárias que o presente subscrevem, comunicam a formação do Bloco Democrático Liberal Trabalhista Cristão, integrado pelos Deputados das Bancadas do Partido Democrático Social, Partido Liberal, Partido Trabalhista Brasileiro e Partido Democrata Cristão.

Por decorrência, conforme o princípio da Constituição Federal aplicável nesta Casa de Leis, o referido Bloco deve ser considerado nas projeções devidas na composição das Comissões Técnicas.

Sala das Sessões, em 03.03.89.

(aa) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA
Líder do PDS
EZEQUIAS LOSSO
Líder do PL
JOSÉ ALVES
Líder de PTB
EDMAR LUIZ COSTA
Líder do PDC.

REQUERIMENTO Nº 061

Senhor Presidente.

Na forma regimental e após ouvido o soberano Plenário, o Deputado que este subscreve, REQUER a transcrição em Ata dos trabalhos de hoje, da Carta Aberta de autoria da Associação dos Servidores Públi-

cos do Paraná, conforme segue:

Sala das Sessões, em 03.03.89.

(a) EDMAR LUIZ COSTA.

REQUERIMENTO Nº 048

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja enviado ofício ao Excelentíssimo Senhor Ney Amintas de Barros Braga, MD. Diretor Geral da Itaipu Binacional, solicitando sua intervenção e informações sobre as irregularidades existentes no cumprimento do contrato nº 1004/81, assinado entre a Itaipu Binacional e o Consórcio Engetest-Eletromon, conforme tomamos conhecimento pelas denúncias formuladas através do telex recebido do Senhor Almerindo Peixoto, Presidente do Diretório Municipal do PDC de Foz do Iguaçu-Pr, cuja fotocópia anexamos.

Sala das Sessões, em 03.03.89.

(a) EDMAR LUIZ COSTA.

JUSTIFICATIVA:

Segundo se verifica no telex, o citado contrato refere-se à prestação de serviços de mão-de-obra, por administração, com recebimento pela contratada de seus pagamentos através de folha salarial dos empregados, acrescida de fator de custas contratuais, cobrindo salários, adicionais e lucro legal.

Entretanto, de conformidade com as denúncias, não estão sendo obedecidos os repasses dos salários integrais aos empregados da Engetest, conforme recebidos da Itaipu.

Associado a esse procedimento, acresça-se que existe implicitamente, sonegação de impostos federais e de todos os demais recolhimentos ligados ao trabalhados, a saber: IAPAS, PIS, FGTS, etc.

São indiscutíveis os grandes prejuízos sofridos pelos trabalhadores, lesados em seus salários.

O inadimplemento torna-se ainda da mais alta gravidade, pelo comprometimento da idoneidade do governo brasileiro, pelo caráter Binacional da Itaipu.

Também, é inaceitável o inusitado poderio que a Engetest mantém dentro do canteiro de obras, portando-se de maneira autoritária e policialesca, impedindo o acesso de movimentos sindicais, na tentativa de solucionar o problema, com a aquiescência e omissão da Sub-Delegacia Regional do Trabalho.

Pelo exposto, pedimos providências imediatas e enérgicas do Excelentíssimo Senhor Ney Amintas de Barros Braga, no sentido de comprovar, informar e corrigir referidas irregularidades, salvaguardando os direitos adquiridos pelos trabalhadores.

REQUERIMENTO N° 052

Senhor Presidente.

As Deputadas que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, que seja oferecido um coquetel às participantes da sessão solene do dia 08 de março, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher.

Sala das Sessões, em 08.03.89.

(aa) IRONDI PUGLIESI

AMÉLIA DE A. HRUSCHKA

VERA AGIBERT

JUSTIFICATIVA:

Tal pedido prende-se ao fato de ser esta uma solenidade de entrega das propostas das mulheres paranaenses aos constituintes do Paraná.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 020/89

A Assembléia Legislativa

do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1°- Fica criado o Município de Santa Maria do Oeste, desmembrado do Município de Pitanga, com as seguintes divisas:

"Inicia na Barra do Rio Prata com o Rio Cantu, segue este acima até a Barra do Rio Barreido Grande, confronta com o distrito de Mato Rico e continuando Cantu acima, até a sua cabeceira, de onde segue por linha seca pela Serra de Pitanga, divisa do Imóvel Tigre, com a Gleba 3- Rio Feio, até a cabeceira do Rio Ouro Verde, confronta com o distrito da Sede de Pitanga. Daí segue o Rio Ouro Verde abaixo, até a Barra com o Rio Araguaí, e por este abaixo, até a Barra do Rio Buriti, e por este acima até sua cabeceira, na estrada de S. Maria e Saudades, seguindo esta até a divisa de Municípios, confronta com o distrito de Boa Ventura. Deste ponto segue a divisa por linha seca até a cabeceira do Rio Cachoeira ou Caçador, e por este abaixo até sua Barra com o Rio Piquiri, confronta com o Município do Turvo. Continuando segue o Rio Piquiri abaixo, até a Barra com o Rio Logrador, confronta com os Municípios de Guarapuava e Canta Galo e deste ponto segue Rio Logrador acima até sua cabeceira, daí por linha seca até a cabeceira do Arroio Seco e por este abaixo até a Barra com o Rio da Prata, e por este abaixo até a Barra com o Rio Cantu, ponto de partida".

Art. 2°- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.03.89.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEO.

JUSTIFICATIVA:

A necessidade da medida aqui proposta

é bem vinda, já que tornou-se incontestável o desenvolvimento econômico e sócio-cultural da mencionada localidade, o que justifica plenamente a adoção da nossa proposta.

O Distrito Administrativo de Santa Maria criado pela Lei n° 790, de 14.11.51, publicada no Diário Oficial n° 208, de 16.11.51, é plenamente auto-suficiente, tendo em vista a sua expressiva produção agrícola.

Assim sendo, é justo e de Direito que o Distrito de Santa Maria seja transformado em Município. Razão pela qual solicitamos o devido apoio dos Nobres Pares para a presente proposta.

PROJETO DE LEI N° 021/89

A Assembléia Legislativa

do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1°- Fica declarado de Utilidade Pública o MOVIMENTO DE AÇÃO SOCIAL DO R.U.C.- Ribeirãoclarenses Unidos com Cristo -, com sede e foro no Município de Ribeirão Claro.

Art. 2°- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.03.89.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

JUSTIFICATIVA:

O MOVIMENTO DE AÇÃO SOCIAL DO R.U.C., (Ribeirãoclarenses Unidos com Cristo), é uma entidade civil, de fins não lucrativos e não econômicos de caráter beneficente, educativo, cultural de assistência social, que tem por finalidade a promoção humana, com assistência às famílias pobres e às crianças desamparadas, para lhes dar e proporcionar meios de se elevarem socialmente, possibilitando-lhes vencer na vida, por meio de melhores padrões de saúde, educação e trabalho.

A documentação que acompanha o presente projeto de Lei por si só comprova o preenchimento das normas legais exigidas na legislação vigente.

Assim sendo, pelo justo caráter moldado na presente Proposição esperamos o devido apoio dos nobres Pares desta Casa.

PROJETO DE LEI N° 022/89

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1°- Fica declarada de Utilidade Pública a APAM- ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MENINA, de Ponta Grossa-Pr.

Art. 2°- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.03.89.

(a) EDMAR LUIZ COSTA.

JUSTIFICATIVA:

A APAM- ASSOCIAÇÃO DE PROMOÇÃO À MENINA, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa-Pr, estabelecida na Rua Francisco Otaviano, 925, foi fundada em 21 de abril de 1987.

Sendo uma sociedade civil, sem fins lucrativos, de orientação cristã e caráter beneficente, com a finalidade de amparar pessoas necessitadas do sexo feminino de até 18 anos, sem distinção de raça, cor ou religião.

Além da noção de dignidade como pessoa humana, através de palestras de formação moral e cristã, a entidade proporciona também novas opções de vida às meninas, desenvolvendo o aprendizado de pinturas, tricô, crochê, bordado e outros.

A Prefeitura Municipal de Ponta Grossa remaneja para a APAM, professoras contratadas, assistentes sociais e estagiárias de Pedagogia e Serviço Social, para atendimento, cada uma em sua área.

Junto aos familiares das meninas, são efetuadas visitas, com o propósito de manter um elo "menina-associação-família-comunidade", conhecendo a situação social, labutacional e de comportamento em que vivem, dando tratamento especializado para as meninas com problemas específicos, atendendo-as individualmente e, quando necessário, encaminhando-as a outros técnicos.

Também são realizados encaminhamentos a Escolas Normais e Especiais, tais como: APAE, Audio Visual e Surdo-Mudo, onde é feito um trabalho integrado com troca de informações e orientação aos pais.

Há ainda o atendimento especial na área de saúde, regulamentação de documentos, distribuição de roupas, calçados, alimentos e medicamentos, quando constatado a necessidade emergente.

O tratamento dentário é efetuado pela Unidade Móvel Odontológica da Secretaria Municipal e Bem-Estar Social.

São ministradas palestras educativas sobre todos os aspectos de higiene e sexualidade, conforme a faixa etária, na procura de orientá-las para evitar possíveis doenças, crendices e tabus.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 46 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelos Senhores Líderes do PDS, PL, PTB e PDC, comunicando a formação do Bloco De-

mocrático Liberal Trabalhista Cristão, integrado pelos Senhores Deputados da Bancada do PDS, PL, PTB e PDC. À Diretoria Legislativa para anotar.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente. Necessita de apoioimento. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. Necessita de apoioimento. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente. Necessita de apoioimento. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

DISCUSSÃO ÚNICA - Da Proposição nº 09/89, VETO PARCIAL aposto ao Projeto de Lei nº 01/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 02/89), que objetiva majorar a partir de 01.01.89, os vencimentos dos funcionários dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, do Tribunal de Contas do Estado, dos Membros da Magistratura e do Ministério Público, dos Conselheiros e Procuradores do Tribunal de Contas e o soldo dos integrantes da Polícia Militar. Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n. 02/89, desta Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 47, inciso III, e de conformidade com o § 1º, do art. 28, ambos da Constituição Estadual, vetei parcialmente o Projeto de Lei n. 001/89, por julgar as partes vetadas contrárias ao interesse público, pelas razões adiante expostas.

O autógrafo trata do reajustamento dos vencimentos do funcionalismo civil e militar do Estado, estabelecendo-o em duas etapas: a primeira, a partir de 1º de janeiro de 1989; e a segunda, a partir de 1º março de 1989. Considera a proposição, para os reajustes, variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor - IPC relativos ao período de janeiro a dezembro de 1988, deduzidas as antecipações concedidas, a qualquer título, nesse período, às diversas categorias de funcionários públicos estaduais.

Os vetos parciais apostos atingem, no autógrafo, as expressões

- "pela variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor IPC relativo ao período de janeiro a dezembro de 1988, deduzidas as antecipações concedidas a qualquer título, neste período do seu art. 1º "caput"; e, nesse mesmo dispositivo, as expressões:

- "e, a partir de 1º de março de 1989,

mediante complementação, 25,52 (vinte e cinco vírgula cinquenta e dois por cento) dos referidos vencimentos vigentes em dezembro de 1988" do seu inciso I;

- "e, a partir de 1º de março de 1989, mediante complementação, 44,34% (quarenta e quatro vírgula trinta e quatro por cento) calculada sobre vencimentos fixados nas tabelas do referido decreto" do seu inciso II;

- "e, a partir de 1º de março de 1989, mediante complementação, 38,76% (trinta e oito vírgula setenta e seis por cento) dos referidos vencimentos vigentes em dezembro de 1988" do seu inciso III;

- "e, a partir de 1º de março de 1989, mediante complementação, 39,27% (trinta e nove vírgula vinte e sete por cento) dos referidos vencimentos vigentes em dezembro de 1988" do seu inciso IV;

- "assim como reajustar, como antecipação, nos meses de abril, julho e setembro de 1989, os vencimentos dos funcionários tratados na presente lei" do seu art. 2º.

A negativa de sanção às expressões dos dispositivos mencionados, como foi exposto no Ofício n. 040/89-GAB, de 19 de janeiro de 1989, da lavra dos Senhores Secretários de Estado da Fazenda e do Planejamento e Coordenação Geral, a mim encaminhado, tem as razões a seguir transcritas, as quais acolho:

"Quando o Governo do Estado enviou projeto de lei ao legislativo propondo os reajustes salariais do funcionalismo público estadual, a vigor a partir da data-base janeiro de 1989, fez-se constar na mensagem um segundo reajuste a vigorar a partir de março de 1989.

A premissa embutida naquela proposta do executivo era de que, à vista da inflação perto de 30%, teria o funcionalismo público a garantia de um reajuste adicional sessenta dias após a data-base. Tomou-se por base o IPC integral do período de doze meses anteriores, fez-se o reajuste em janeiro/89 em percentuais diferentes por grupos de funcionários, e definiu-se um percentual também diferenciado para março/89.

O percentual diferenciado decorria do fato de que os grupos de funcionários tiveram antecipações salariais em percentuais diferentes durante o ano de 1988. O percentual total concedido no período, entretanto, ficaria equalizado com a concessão dos percentuais previstos na mensagem citada.

Entretanto, Senhor Governador, após a tramitação desse projeto de Lei na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, surge um fato novo que altera radicalmente a estrutura econômica do país. O Plano Econômico anunciado pelo Excelentíssimo

Senhor Presidente da República na noite do dia 15 de janeiro p.p. aplicou um choque na economia brasileira, alterando todo o cenário com o qual se trabalhava.

O Governo da União anuncia à nação um Plano Econômico que consiste basicamente numa austeridade fiscal - o governo só deve gastar o que arrecada -, num forte aperto monetário - cessando a expansão da moeda -, na desindexação da economia, abandonando a política de reajustes obrigatórios de preços e salários por OTN ou URP e, por fim, num congelamento de preços.

Primeiro, cumpre ressaltar que quando se fala em déficit público, aí estão incluídos os Municípios, os Estados e a União. A regra de se gastar somente o que arrecada deve ser aplicada às três esferas do poder público, até porque parte do déficit fiscal do país é de responsabilidade dos Estados e Municípios.

Esta necessidade de limitarmos os gastos à arrecadação nos recomenda não assumirmos nenhum gasto futuro, quando a receita agora mais do que nunca se torna incerta em função do congelamento e até de alguma recessão no nível de atividade econômica pode advir da contenção da moeda e crédito e dos cortes nos gastos públicos.

Assim, entendemos que o Estado deve oferecer sua contribuição ao Plano Econômico, num esforço de "salvação nacional", para usar a expressão do Excelentíssimo Presidente José Sarney, incorporando a premissa de redução dos gastos públicos, até o limite da arrecadação. Enfim, temos de fazer nosso ajuste econômico ao plano do Governo.

Por outro lado, cumpre ressaltar que está embutida no plano a premissa de inflação próxima de zero no futuro. Nenhuma despesa pode ser comprometida pelo Tesouro do Estado, inclusive salários, com a perspectiva de inflação zero. Caso a inflação reapareça a qualquer momento aí então devemos estudar reajustes que sejam viáveis à vista da elevação de preços. Se não houver elevação de preços, os salários de hoje se manterão com o poder aquisitivo inalterado, constituindo-se vantagem relevante para o trabalhador.

Veja, Senhor Governador, que o reajuste previsto para março/89, embutido no projeto de Lei enviado ao Legislativo, trazia implícita a idéia de uma inflação nos meses seguintes de aproximadamente 30% ao mês. Sabia o servidor público que o reajuste iria repor perdas no seu poder de compra ocorridas após a data-base de janeiro/89.

Não havendo inflação, ou com inflação diminuta, o salário de hoje estará preservado da corrosão. Isto é um ganho para o trabalhador. A ausência de inflação é um

objetivo permanente para manutenção do poder de compra dos salários.

Cabe lembrar, também, que o Estado deve fazer um ajuste legal ao conjunto de medidas lançadas pelo Governo federal. A realidade jurídica brasileira é outra depois do dia 15 de janeiro p.p. Há novas regras para contratos de compra e venda, para depósitos em poupança, para reajuste de financiamentos, enfim, para preços e salários.

O Paraná deve fazer, a nosso ver, um ajustamento legal ao novo plano. Isto exige que não tenhamos compromissos futuros garantidos por lei, especialmente porque a realização de receitas teve seu curso profundamente alterado com o congelamento de preços.

À vista desses motivos, Senhor Governador, estamos propondo à Vossa Excelência que exclua da Lei oriunda da mensagem enviada ao Executivo a previsão de reajustes futuros que tenham sido definidos antes do anúncio do Plano Econômico do governo federal.

É necessário que façamos ampla revisão no orçamento do Estado e na programação financeira para redefinição dos gastos do governo. Por isso, estamos pedindo, também, que Vossa Excelência suspenda todas as licitações e contratações de obras e investimentos e os gastos de elevada monta até que as Secretarias da Fazenda e do Planejamento tenham reformulado o orçamento e demais peças financeiras.

Nos próximos dias estaremos entregando a Vossa Excelência estudos preliminares para instruir a apreciação dos projetos e programas a definir, bem como as diretrizes para a realização de despesas com salários e serviço da dívida".

Ainda no tocante à motivação dos vetos apostos, deve ser considerado o teor do art. 38, "caput", do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da República, no qual está disposto que

"Até a promulgação da lei complementar referida no art. 169, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não poderão despender com pessoal mais do que sessenta e cinco por cento do valor das respectivas receitas correntes".

Trata-se de dimensionamento provisório que deve ser respeitado pelas unidades políticas da Federação, até que a lei complementar referida no art. 169 do texto permanente da Magna Carta estabeleça, segundo critérios definitivos, os limites que não poderão ser excedidos pelos Estados, assim como pela União, Distrito Federal e Municípios brasileiros, na consecução de suas despesas com pessoal, assim compreendidos os que se encontram em atividade, como também os inativos.

Tudo leva, conforme o expediente dos

Senhores Secretários de Estado, antes transcrito, a indicadores de que o Plano Econômico ora em início de implantação em nosso país, poderá produzir reflexos negativos no processo de arrecadação de recursos orçamentários em nosso Estado, desaconselhando, portanto, qualquer definição antecipada de reajustes salariais, mormente porque essa definição decorreu de estudos anteriores ao novo plano econômico em implantação, quando o processo inflacionário desvalorizava nossa moeda na medida aproximada de 1% (um por cento) ao dia.

Esses os motivos que me levaram aos vetos parciais apostos ao Projeto de Lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada apreciação dessa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

A Mesa vai proceder desde logo a votação do veto que se encontra na Ordem do Dia. De acordo com o dispositivo do § 6º da Constituição Federal o processo está em fase de votação. Cada Senhor Deputado terá 10 minutos para encaminhar a votação. Para encaminhamento de votação está inscrito em primeiro lugar o Deputado Raul Lopes, em segundo o Deputado Edmar Luiz Costa e um funcionário da Mesa anotará as inscrições.

Com a palavra o Deputado Raul Lopes.

O SR. RAUL LOPES - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Companheiros que nos dão a honra de participar desta sessão nas galerias de honra e nas galerias do plenário. Vou procurar ser breve porque pretendo sintetizar o que hoje tornamos público nesta Casa. Indiscutivelmente não poderia ser outra a nossa posição se não votar contra este Projeto do Governo: eu sou objetivo e vou logo ao âmago do processo. Trata-se de uma reposição salarial e não de aumento e o governo entendeu e concedeu através do Projeto dele quando votamos aqui a Mensagem n. 01. Razão pela qual surpreendemo-nos quando o governo, em meados de janeiro, adentrou nesta Casa com o Projeto, tentando, naturalmente, reformar o que havia antecipadamente, aprovado.

Assim sendo, Senhores Deputados, é lastimável, é inadmissível o que o Governo tenta, em manobras políticas, tentar naturalmente, em cima de um plano chamado verão, alegar que o Estado não tem condições. É balela, é mentira! Isso não procede, lendo minuciosamente um documento da área fiscal, vi que a situação é totalmente outra. As coisas caminham de forma diferente. O governo está muito preocupado, voltado como diz este documento aqui que acabo de tomar conhecimento, voltado para

uma promoção pessoal, uma promoção do governo, dando mostras de que o Estado do Paraná para o Brasil está muito bem, ocupa espaços maravilhosos em horário nobre, em horário de televisão para se promover em busca de uma posição que até certo ponto é discutida. Não vejo o porquê. Vejam que estou jogando duro, porque nossos funcionários públicos e a minha querida Polícia Militar passa por necessidades prementes, chega! Está na hora de pormos um basta, e aí está uma série de violências, uma série de atrocidades a ocorrer na área da segurança. E hoje perguntavam ao seu titular num programa se era por causa de salário. Não, negativo. É por falta de motivação, respeito, condução ao problema de uma sensibilidade que o Governo tem demonstrado não possuir.

Razão pela qual venho, mais uma vez - com veemência, votar contra esse Projeto e pedir aos companheiros que atentem para a realidade. Não é fácil aceitarmos uma situação dessas - evidente. Desculpem a forma, o linguajar, o vocabulário duro que usei nesta tribuna, hoje. Ontem fui mais comedido, fiz uma análise, mas, hoje, a situação é essa e é irreversível para mim, Votarei contra!

(Aplausos no plenário por parte da assistência).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa pede a compreensão das galerias para que não se manifestem nem aplaudindo...

(Manifestação das galerias).

A Mesa vai fazer uma advertência. Nós não reforçamos a segurança, não há policiais aqui, vamos proceder a uma votação normal. A Mesa vai evacuar as galerias se persistir a desordem, liberdade não é esculhambação! A Mesa solicita aos funcionários da Assembléia que retirem os desordeiros do recinto.

Com a palavra o Senhor Deputado Edmar Luiz Costa.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas.

A Assembléia Legislativa do Paraná, na verdade, nasceu ontem como um Poder independente, através da atitude serena, tranquila e justa do Presidente Anibal Khury ao decidir uma questão de ordem levantada pelos colegas de Oposição e determinando que o veto fosse colocado na Ordem do Dia para votação, durante a sessão de hoje, e que se respeitasse a Constituição Federal, votando secretamente.

Há tempos este Poder não presenciava, através da Presidência dos trabalhos, uma atitude tão independente em relação ao Poder Executivo.

É por isso que muitos de nós da Oposi-

ção, ontem nos sentimos novamente Deputados e não meros integrantes de um Departamento do Poder Executivo e espero que esse sopro de liberdade e de independência do Legislativo, iniciado durante a sessão de ontem, prossiga durante a sessão de hoje e que nós da Oposição e companheiros bem intencionados, livres e independentes do PMDB, derrubem o veto do Governador que está civado de vícios definitivos e medíocres.

Primeiro, Sua Excelência alega que não pode conceder aquilo que já havia proposto e concedido, porque houve um fato novo: o surgimento do Plano Verão. Não houve fato novo porque nas duas últimas sessões em que se votou a reposição salarial dos funcionários, muitos da Oposição, inclusive este Deputado do PDC alertava que era melhor dar 139% a partir de 1º de janeiro, porque a grande imprensa nacional já estava prevendo o surgimento de um "pacote econômico".

Se Sua Excelência o Governador e seus assessores foram surpreendidos, aí pasmem, devemos admitir é um Governador mal informado e tem uma péssima assessoria, porque qualquer um do povo sabia que o "pacote" estava em andamento.

Alega ainda Sua Excelência, que o Estado não tem dinheiro, não tem caixa para efetuar o pagamento dos 39% a partir do dia 1º de março. Todo mundo sabe que a crise econômica nacional realmente existe, mas ela não tem a nível de Paraná, as dimensões que podem ter chegado em outros Estados da federação, porque quando entrou o atual Governo, a situação do Paraná era contrária, bem diferente da situação do Rio Grande e Santa Catarina, para falarmos dos nossos vizinhos mais próximos.

Eles estavam falidos em 86 e o Paraná tinha uma excelente situação. Hoje o que nós vemos? O Paraná fala em falta de dinheiro no caixa, enquanto o Rio Grande e Santa Catarina conseguem superar as suas dificuldades econômico-financeiras.

Dizer que não há fundos necessários, é apenas admitir o óbvio que este Deputado tem repetido desta tribuna. O que está acontecendo neste Paraná é a incompetência do Secretário da Fazenda que não administra corretamente o Tesouro Estadual, pela sua incompetência, pela sua falta de liderança; o que se vê é a sonegação e a corrupção campeando no Estado do Paraná através dos órgãos responsáveis pela fiscalização e pela arrecadação. Não culpo aos funcionários da fiscalização em si, é que eles não têm o exemplo de competência e dignidade que deveriam partir do Secretário de Estado. E não se fale ainda da falta de dinheiro. Cada um de nós que gaste um dia vendo televisão no Estado do Paraná, especialmente no horário nobre, em to-

das as grandes redes nacionais de televisão é só propaganda do Estado do Paraná, do Governo do Paraná. Constituição Federal rasgada. Porque não se divulga mais o Paraná, mas se divulga a pretensão de quem quer ainda sonhar com o Palácio do Planalto.

Dizíamos ontem na Oposição, a Oposição se une nesta hora num movimento paranista. Nós também queremos lançar o Governador como candidato à Presidência da República. Porque, assim, o Paraná já fica livre dele já no dia 15 de maio e voltamos a trabalhar e a progredir.

Na propaganda feita através da televisão Sua Excelência não se dá conta de que está colocando outros poderes deste Estado no ridículo perante a opinião pública. Basta ver que uma visita dele ao Poder Judiciário acabou num processo de propaganda da televisão, deixando o Poder Judiciário inclusive constrangido porque ele faz questão de dizer ao Brasil, e mostra a sua visita ao Poder Judiciário, afirmando que lá fora para pedir àquele Poder que apresse o julgamento de processos em favor do Governo do Estado do Paraná. Que demagogia barata! O homem quer realmente ser um ditador. Pensou em mandar na Assembléia, não conseguiu, quer mandar no Poder Judiciário, e tenho certeza que não conseguirá, porque a Magistratura paranaense é feita de gente decente também.

Assim, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o PDC deixa bem claro, votamos muito conscientemente contra o veto, não por demagogia, não para agradar ao funcionalismo público, porque os argumentos trazidos pelo Governo do Estado não convencem nem mesmo a uma criança de escola primária. Que se dê aqui na Assembléia Legislativa o exemplo que o Brasil quer do Paraná, não este Paraná novo da televisão, fabricado em horário nobre, mas o Paraná da independência em que o Executivo é um Poder, Judiciário é outro e o Legislativo outro. E, acima de tudo, um Paraná de justiça, não a justiça que o Governo prega, mas a justiça de pagar bem pelo menos àqueles que trabalham pelo funcionamento da máquina governamental que são os funcionários.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Nobre Deputado Valderi Mendes Vilela com a palavra.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Senhor Presidente. Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, servidores do Paraná que hoje prestigiam esta Casa.

Nós gostaríamos de, inicialmente, saber como ficariam os Deputados que pretendem votar contra o funcionalismo público do Paraná se existisse, se tramitasse nes-

ta Casa um Projeto de Lei reduzindo em 40% o salário de todos os Deputados que integram este Parlamento. Tenho certeza de que a situação seria muito diferente.

Mas, hoje nós vemos a realidade dos fatos, hoje encontramos a situação muito diferente porque se prevê apenas a redução do salário dos trabalhadores do serviço público do Paraná.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, a Constituição Federal neste Estado, é ferida a todo momento, o Partido do Governo não olha esses fatos, quando ocorrem, o PMDB não quer ouvir o povo, quando falamos aqui que a Constituição Federal é ferida a todo momento, pelo Poder Executivo.

Felizmente, Deputado Anibal Khury, ontem o Legislativo já começou a mostrar a sua independência, começou a mostrar ao povo do Paraná que a Constituição Federal é a Lei maior, que deve ser aplicada a todos.

Por isso, Senhor Presidente, nós gostaríamos também, de levantar uma Questão de Ordem: temos para nós que esse veto é totalmente inconstitucional, e por que é inconstitucional? Porque ele fere frontalmente o § 2º do Artigo 66, da nossa Constituição Federal.

É por isso, Senhor Presidente, que levantamos esta questão de ordem, porque o Governo do Paraná, o Executivo Paranaense, sempre que lhe favorece, sempre que favorece os seus interesses pessoais, fere a Constituição, como ocorreu quando da votação desse Projeto de Lei.

É por isso, Senhor Presidente, que o PDT vai votar novamente em favor do funcionário, em favor do povo, porque não concorda com o Governo do Paraná, não concorda com as atitudes do Governo do Paraná.

Hoje, e eu parablenho desta tribuna, o Deputado Edmar Luiz Costa, quando diz que se pintam lá fora, um Paraná totalmente diferente, um Paraná todo cheio de progresso, de esperança, mas é um Paraná da fantasia, é um Paraná da propaganda na televisão, é um Paraná que se inaugura obras, antes mesmo de se conseguir um financiamento para executar a tal obra, como a Ferroeste, como o Programa do Paraná Rural, que até hoje não saíram do papel, disse que conseguiu financiamento, mas, o povo ainda não viu isso.

No Paraná de hoje, até propaganda de empréstimo externo, dos dólares que no passado eram dólares malditos, hoje faz-se propaganda através da televisão.

Mas, e o trabalhador do Paraná? E o servidor público do Paraná, como continua a sua situação? Sempre pior do que antes, fala-se sempre em aumento, mas faz muito tempo que não se vê aumento salarial ao nosso trabalhador, até hoje o que o Gover-

no vinha cumprindo, era apenas a reposição salarial. Em 88, o servidor público estadual, ficou com o seu poder aquisitivo um tanto fracassado, pela atitude do Governo. Por isso quando o Deputado Edmar Luiz Costa, veio à tribuna e trouxe esses fatos, foi para que o Paraná conheça, para que o povo do Paraná saiba da propaganda intensiva que se faz lá fora, visando uma promoção política de Sua Excelência, o Governador do Estado.

Nós estamos cansados, Senhores Deputados, de ver a nossa Constituição ferida, e é por isso, Senhor Presidente, que invocamos, que requeremos a Vossa Excelência, que analise bem o § 2º do Artigo 66 da Constituição Federal. O Artigo diz "que esse veto é inconstitucional", ou vamos deixar que o Governo do Paraná, mais uma vez, fira a nossa Constituição? Que mais uma vez jogue ao lixo aquilo que custou o suor de muitos trabalhadores, porque foi uma Constituição longa e duradoura, foi uma Constituição que custou muito caro ao bolso do contribuinte brasileiro. Não se pode, Senhor Presidente, jogar ao léu tudo isto que demorou tanto para se construir.

Os Deputados que têm recebido constantemente as comunicações das associações dos servidores do Paraná, que atentem bem para o fato. Não reduzam ainda mais o poder aquisitivo do nosso trabalhador. A Bancada do PDT espera que os Deputados votem pela primeira vez com o servidor público do Paraná.

Era isto, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Tem a palavra o Deputado Antônio Costenaro.

O SR. ANTÔNIO COSTENARO NETO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados do Paraná; nós vivemos no dia de ontem e voltamos a viver no dia de hoje a grande expectativa desta Casa. A expectativa dos novos tempos. E tivemos, ontem, na pessoa do nosso Presidente, o ilustre Deputado Anibal Khury, uma decisão em defesa dos servidores do Paraná. Uma posição em defesa do direito do cidadão, em direito dos Parlamentares, nós que lutamos para que esta Casa seja, cada vez mais, as portas, a voz e a ação do povo do Paraná. Em momentos de turbulência, enquanto o barco do Legislativo navega em deriva, com grandes dificuldades, pelas críticas acirradas em torno de nós, Parlamentares, de todo este País, o Parlamento paranaense tem, neste momento, a sua oportunidade de demonstrar que restabeleceu os direitos e prerrogativas do Parlamentar, dando a esta grande classe trabalhadora do Paraná, que são os servidores públicos, o direito consignado através da lei já aprovada nesta Casa, num Projeto do Governador, que vem hoje, reti-

rar, em nome do Plano Verão. Lá fora, a iniciativa privada, que tem sob a força da fiscalização que cumprir os dispositivos de lei, cumpre e paga todos os reajustes salariais de lei. E o Poder Executivo, que deve ser um exemplo para o povo brasileiro, para o povo do nosso Estado, retira num momento em que o povo do Paraná, em que os servidores públicos sofrem a maior dificuldade financeira, pela desvalorização de seu salário, retira um aumento já concedido.

Portanto, Senhores Parlamentares, o voto hoje é a decisão de cada um, fica fora a demagogia, fica fora a insegurança daqueles que às vezes, por compromisso com o Governo do Estado têm que mostrar que é fiel a ele, o voto hoje é secreto. O voto, hoje decisão de foro íntimo de cada um. Portanto, façamos valer a vontade de cada um de nós e que este Poder tenha sua autoafirmação perante a população do Paraná.

A Bancada do PFL, na sua unanimidade rejeita o veto do Governador, dando apoio e segurança com a pequena melhoria salarial já conquistada pelos servidores, a partir de março de 1989.

Portanto, Senhores Parlamentares, gostaria que as demais bancadas, aquelas que já se manifestaram e aquelas que não podem se manifestar, votem com a consciência, vetando o Projeto do Governador, ou melhor, o veto do Governador.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Concedo a palavra ao Senhor Deputado José Alves.

O SR. JOSÉ ALVES - Senhor Presidente, Senhores Deputados, visitantes, o nosso bom dia.

É inacreditável, é inadmissível o que a gente vê hoje neste Parlamento.

Um projeto de lei oriundo do Governo do Estado que daria a partir do mês de março 39% a mais de aumento ao funcionalismo público do Paraná.

E nós que acompanhamos Senhores Deputados, nos meados do mês de janeiro, a votação desse projeto que garantiu aos trabalhadores, aos funcionários públicos do nosso Estado esse aumento de 39%, não sendo um aumento, mais sim uma complementação da inflação de 88. O governo não está dando aumento nenhum aos trabalhadores do Paraná. Simplesmente com esses 39% Senhores Deputados, está complementando a inflação de 88.

E agora nós vemos o próprio Governador mandando para esta Casa de Leis uma mensagem revogando esses 39% desrespeitando até a sua própria bancada, a do PMDB que à época da votação sofreu calúnias, pressão dos próprios trabalhadores porque nós de oposição, a bancada do Partido Trabalhista

Brasileiro queria que fosse votada ou fosse dada já no dia 1º de janeiro os 139%. E nós vimos o quanto os Deputados do Governo sofreram pressão, hoje estão sendo desrespeitados pelo próprio Governo mandando esta mensagem, voltando atrás naquilo que o próprio PMDB votou a favor. E a gente vê assim com sentimento, uma medida do Governador que se diz o Governador de todos os paranaenses; o Governador do trabalhador; o Governador que é líder dos professores porque também é professor.

O Governo alega que a arrecadação do Paraná não cobre a folha de pagamento. Eu, como Deputado Estadual não acredito e ninguém deve acreditar porque o Paraná sempre foi recorde de produção. Termina a safra de soja, vem a do milho; vem a do trigo, volta a da soja e o Paraná produz e produz cada vez mais. Nós temos o segundo centro de arrecadação atacadista em Maringá, dando arrecadação enorme para o nosso Estado. E agora vemos o Governo dizer que o que o Paraná arrecada não cobre a folha de pagamento. Eu não acredito e acho que ninguém deve acreditar. Um Paraná que produz; um Paraná que produz de tudo; uma arrecadação enorme; um Governo que busca dinheiro lá fora. Não sei aonde que vai a arrecadação do Paraná e nem o dinheiro que vai buscar nos Estados Unidos e no Japão, não sabemos onde está que não pode dar nem 39% de aumento ao trabalhador da nossa terra.

É lamentável, Senhores Deputados. A Bancada do Partido Trabalhista Brasileiro que sempre defendeu os bons princípios do trabalhador, vota contra e estamos ao lado do trabalhador que produz e que faz deste Paraná e que votou no Governador que hoje os castiga!

Ainda ontem estivemos em Maringá, numa reunião com os professores e com diretores do núcleo regional de Maringá, e a Secretária Gilda Poli, que comandava a reunião, dizia: O Governador está querendo fazer as pazes com o professorado, e quer sair de bem com os professores, de seu Governo. Mas como fazer as pazes, se só querem massacrar os professores, os trabalhadores, o funcionalismo público? O professor jamais se esquecerá daquilo que aconteceu recentemente! Agora quer fazer as pazes tirando o pão da mesa dos professores e do funcionário público do Paraná! Jamais fará as pazes deste jeito, Senhor Governador!

Portanto, nós, que somos líder do Partido Trabalhista Brasileiro, não aceitamos e não comungamos com este ato do Governador, votaremos contra esse veto, em favor da população, do funcionalismo público, que trabalha e que dá o progresso a esta Nação, que está sendo massacrado, judiado, por um Governo que gasta enormes quantias de dinheiro na televisão, nos jornais e esquece que, com isso está tirando o pão

da mesa do professor, do funcionalismo público, do trabalho do Paraná, do trabalhador da nossa terra.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) - Concedo a palavra, para encaminhamento de votação, ao Líder do PSDB, Deputado Nereu Massignan.

O SR. DEPUTADO NEREU MASSIGNAN - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Funcionários Públicos.

Antes de entrar na discussão do veto Governamental, quero, para registrar perante as galerias aqui presentes, manifestar, mais uma vez, a minha admiração ao Presidente Aníbal Khury, que ontem, depois de grandes debates nesta Assembléia, ao interpretar questões de ordem, levantadas aqui, houve por bem fazer aquilo que a sua experiência de político, de parlamentar, mas, acima de tudo, a sua consciência de Presidente de um Poder, determinando que a Constituição Federal seria aplicada na apreciação do veto.

O que significa isto? Significa que ontem este Poder readquiriu com todas as forças as suas prerrogativas! Nas Constituições velhas e autoritárias, inclusive a do Paraná, o veto, e assim determinava a velharia de então, deveria ser apreciado por 2/3 dos Parlamentares, isto é 2/3 de 54. Além disso determinava aquela antiga Constituição que, se o veto não fosse apreciado em 45 dias da data do seu recebimento, seria mantido, mesmo sem a votação da Assembléia. Era o famoso decurso de prazo, que tantos prejuízos trouxe ao Parlamento e à sociedade brasileira!

Hoje, nesta Assembléia, não se fala mais em decurso de prazo, não se fala mais em 2/3 para derrubar o veto governamental, valorizando-se os poderes, harmonizam-se os Poderes com esta decisão, porque a Constituição vige, e em cima dela nós vamos decidir hoje! E, vamos decidir uma questão importante e que envolve, não um bem real de salário, não estamos discutindo 1989, estamos ainda falando de 39% de reposição perdida no decorrer do ano de 1988. Estamos discutindo e insistindo em aprovar aquilo que nós da oposição em janeiro, dizíamos que não era o ideal os 39% a partir de março, posição definida então pela Bancada do PMDB.

Pela coerência esta posição hoje deveria também ser da bancada do PMDB. Votar contra o veto, votar com a Mensagem do Governador que foi aprovada nesta Casa, em janeiro.

Ainda soam aqui neste Plenário as palavras do Governador ditas na tribuna, quando veio ler Sua Mensagem, em obediência à Constituição. Dizia, então, o Senhor Governador "Falamos em contenção de despe-

sas. No entanto, por paradoxal que possa parecer, e apesar da crise, o Estado investiu significativamente como demonstram os programas rodoviários, além do investimento em saneamento, habitação, eletrificação, educação, saúde e agricultura".

E prossegue, Senhor Governador: "De janeiro a outubro de 1988, enquanto a indústria brasileira teve uma queda de menos 3.2%, a indústria paranaense foi a única no Brasil que apresentou crescimento de 3.1%. A agricultura apresentou um crescimento real de 20% no valor bruto da produção. A receita cambial gerada pelas exportações, através do porto de Paranaguá, acresceu 800 milhões de dólares, saltando de um bilhão e oitocentos milhões de dólares, em 87, para dois bilhões e seiscentos milhões de dólares".

Ora Senhor Presidente, Senhores Deputados, se a indústria paranaense cresceu 3.1, enquanto o Brasil teve um crescimento negativo de 3.2, é evidente que, se houve o crescimento, se houve investimento, houve aumento da arrecadação. A desculpa da arrecadação é a desculpa para o arrocho salarial ao funcionário, que nós não aceitamos. Prefiro ficar com as palavras ufanistas do Governador, que prega o crescimento real deste Estado, e se há o crescimento real e há investimento, nada disto valerá se não houver o investimento naquilo que é mais sagrado para todos nós, que é o investimento no humano, que é o investimento no salário, que é o investimento nestes homens que impulsionam a máquina administrativa do Estado.

De nada restará ao resto se isto não for cumprido. A própria Mensagem do Governador, num outro texto, diz: "Também o reaparelhamento do Estado não sofreu solução de continuidade, no período, e os compromissos com o funcionalismo foram cumpridos em sua totalidade.

Repito: "os compromissos com o funcionalismo foram cumpridos em sua totalidade".

É verdade esta frase? Não, se hoje aqui for mantido este veto. Este veto vai trazer a incoerência do comportamento do Governo. Já foi dito aqui e repito, a desculpa do Plano Verão tem o argumento falso porque todos sabiam que o Plano Verão viria. Todos sabiam que aquela Mensagem que aprovamos em janeiro era um assunto que tratava, em relação ao ano de 1988.

Nós, Parlamentares, que representamos o povo paranaense, temos que ter a sensibilidade dos momentos porque passamos. Temos noção da crise, sim; a crise do Brasil, quando se fala da crise, da dívida externa, da inflação, quando se fala dos aumentos, quando se fala do controle dos preços, do controle disto, do contro-

le daquilo, fala-se sempre na tese do geral.

Usa-se a metodologia de fazer a discussão apenas partindo do geral, da crise nacional, da crise do Paraná, mas, não se deduz, não se esmiúça esta crise, porque a maior crise, a crise mais dolorida e mais sofrida, é a crise de quem, quando vai fazer o orçamento caseiro, quando vai ver o seu salário, enxerga no bolso, enxerga na dor, enxerga na matrícula do filho, enxerga no material escolar, enxerga na passagem do ônibus, enxerga na compra do uniforme do aluno, do filho, enxerga esta crise, Senhores Deputados, no preço do feijão, arroz, enxerga, quando, quantas vezes na conversa íntima do lar, o homem e a mulher, o marido e a mulher...

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior)- Está esgotado o seu tempo, Deputado. Regimentalmente, lamento, mas não posso prorrogar o seu tempo.

Trinta segundos.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Esta crise então, que chega no lar, esta é a crise maior, razão porque, com o salário não se brinca; com aquilo que é digno do funcionário; e a Bancada do PSDB, coerente com o seu estatuto e seu programa, vota contra o veto, e a favor do salário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior)- Concedo a palavra, pela ordem, para encaminhamento, ao Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Em janeiro, nos primeiros dias do mês, esta Casa votou o Projeto de Lei encaminhado pelo Governador do Estado, propondo o aumento, ou melhor, um reajuste salarial para os funcionários públicos estaduais. Reajuste este diferenciado para as diversas categorias, que nós discutimos aqui, inclusive.

O reajuste seria feito em duas vezes, por falta de condições da Receita. Mas, esclarecia também o Governador, o percentual previsto cobriria as perdas salariais, quase mil por cento, ocorridas no ano de 1988.

Seria portanto, uma reposição, e não um aumento.

Veja bem, o reajuste pretendia apenas cobrir as perdas sofridas pelo funcionalismo em seus salários durante o ano de 88. Logo, não se tratava de um aumento salarial; repito, apenas uma reposição.

Inexplicavelmente, porque a justificativa não convence, quer dizer que foram as medidas do "Plano Verão", não cabem porque

o aumento foi dado antes, embora a segunda parcela fosse paga apenas no mês de março.

Inexplicavelmente, o Senhor Governador decidiu vetar a segunda parcela do reajuste. Não deixou claro o porquê de prejudicar, de injustiçar os funcionários; simplesmente vetou: votou este reajuste.

O próprio governo admite que, em janeiro a inflação com a implantação das medidas do "Plano Verão", foi de 70%, mais 3,5% já somam agora 73,5% isto o próprio Governo admite. Somando-se que o Governo vetou quase 40%, temos que as perdas salariais dos servidores públicos ultrapassem à casa de 100% só este ano.

A nossa preocupação foi muito grande e vejam aqui, no dia 26/01 nós encaminhamos à Mesa Executiva da Assembléia durante o recesso Parlamentar, uma consulta para dirimir as dúvidas quanto às normas legais que seriam adotadas pela Casa, se prevaleceria a Constituição Federal ou a Constituição Estadual. Fizemos consultas. Fizemos também requerimentos procurando saber uma forma de se discutir os vetos dentro do prazo se vigorassem as normas da Constituição Estadual. Isto porque não sabíamos se iria nesta Casa prevalecer o bom senso. Porque tudo pode acontecer de repente, poderia-se decidir que estavam ainda prevalecendo as normas da Constituição Estadual. Então, teríamos agora no dia cinco, os vetos aprovados por decurso de prazo. E essas consultas nós fizemos à Mesa da Casa. Lamentavelmente não recebemos até hoje a resposta. Graças à posição democrática, a posição independente do Deputado Anibal Khury, alçado à posição de Presidente desta Casa, numa sessão histórica, realizada ontem, tivemos a soberania deste Poder, que decide independente de qualquer vinculação com o Palácio do Governo. Decidiu-se votar este projeto, baseado na Constituição Federal.

Nós, e outros Deputados, ontem, preocupados com esta situação e hoje, graças a Deus, este Plenário aqui está votando o veto do Governador, voltará a votar segunda-feira, amanhã ou domingo caso não tenhamos quorum suficiente.

Estamos sentindo que alguma manobra do lado de lá pode estar acontecendo, mas, a Bancada da Oposição está aqui e se sentirmos que não teremos quorum, evidentemente, também usaremos táticas dentro do Plenário para esvaziá-lo se for necessário para provocar a volta desse processo nas sessões seguintes.

O Governo do Estado tem alegado uma série de problemas em relação a este veto na sua própria Mensagem. Ora, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a situação é bem diferente daquela que o Governador vem expor, aqui, na Assembléia Legislativa,

anteontem. É diferente daquela do seu discurso, também, de posse, quando dizia em vários setores de seu discurso: "... devemos estar atentos para que não nos escape esta oportunidade de reposição definitiva do País, no caminho da legalidade e da liberdade..." Dizia também o Governador: "... diante da ameaça de que se amplia a miséria a dor e o desespero, agravando os problemas sociais crônicos, que atentam contra a consciência de todos nós, que desejam um novo tempo em que possamos esquecer a legião de deserdados e oprimidos vítima principal das perversas anomalias, geradas pelos descaminhos a que nos conduziram os governantes do período do arbítrio paranaense..." Diz mais ainda o Governador: "... advogo a capacidade de ousar, porque sei que o Paraná não poderá permitir que se estiôle suas oportunidades de crescimento. Seremos um Governo de mudanças. Creio que este esforço de um salto modernizador terá consequências imediatas e positivas, no terreno social, gerando empregos e salários condignos para sobrevivência daqueles que trabalham. Esta é a nossa preocupação fundamental. Dias mais fartos ao nosso povo. A miséria e a fome não precisam de explicações ou justificativas. Seremos um Governo de justiça e de liberdade. Nossas ações serão nítidas e abertas ao julgamento público. Serei sempre claro e objetivo nas posições de Governo, que deve do conhecimento de todos em sua inteireza e em sua veracidade. Fica decretado que só vale a verdade e apenas a verdade..." É esta a verdade que todos nós queremos. A verdade de quanto gasta este Governo com verba de publicidade, mesmo agora com a Constituição vigente neste País. Temos visto durante o horário do Fantástico, o Governador do Estado aparecer de anúncio de televisão, dizendo de suas obras aqui no Estado do Paraná.

Quanto gasta-se em publicidade, é a verdade que nós queremos saber e um pedido de informações encaminhado a esta Casa está sendo endereçado ao Senhor Governador do Estado e queremos que a verdade seja dita na resposta que pedimos. O que queremos, na verdade, é que o Governador do Estado não venha agora a prejudicar os funcionários públicos. Mandou uma mensagem colocando um aumento, agora manda uma mensagem vetando-o.

Pode me questionar, mas você é vice-Prefeito de Curitiba e o Senhor Governador também não acatou a mensagem encaminhada pelo Prefeito anterior. Eu explico: a mensagem encaminhada pelo Prefeito Jaime Lerner, deu um aumento maior até do que a mensagem encaminhada pelo Prefeito anterior. Isto nós podemos provar, se formos questionados durante os debates nesta Casa hoje aqui.

Por isso, estamos solidários aos funcionários públicos, é a coerência que queremos manter, independente da nossa função de vice-Prefeito da capital do Estado. Estamos aqui exercendo a nossa função de Deputado Estadual, para defender o povo do Paraná e a nossa posição, é pela derrubada do veto do Governador do Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) - Concedo a palavra para encaminhamento de votação ao Líder do Partido dos Trabalhadores, Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, representantes dos funcionários públicos que brilhantemente aqui comparecem, já que hoje é uma data derradeira e decisiva sobre os seus dias futuros, se teremos o estancamento do arrocho salarial, da miséria e do aumento da favela e da marginalidade ou neste dia vamos permitir a continuação desse processo de marginalização, em ritmo acelerado, como tem sido até aqui.

Hoje, Senhor Presidente, Senhores Deputados, queremos começar a nossa análise, a nossa discussão, primeiramente analisando as razões desse veto apostado a uma lei oriunda de mensagem governamental e essas razões subscritas pelo próprio Governador do Estado, ele mesmo autor da lei, pois através desse ato está tentando anular uma atitude sua.

Então, primeiramente gostaria de analisar com todos os nobres Deputados e as nobres Deputadas que aqui estão, as próprias razões apresentadas a este veto. Já foi por demais repetido aqui nesta tribuna, neste Parlamento no final do ano passado, no começo deste ano que o Projeto na sua forma original ele já estava impondo aos servidores públicos um arrocho sem precedentes.

Também foi repetido aqui neste Parlamento e nesta tribuna inúmeras e inúmeras vezes por muitas bancada nesta Casa, que o Governador do Estado do Paraná, não gosta muito dos seus funcionários e que trata as suas reivindicações com cavalaria, com tropa de choque, com bomba, com cacetete se for preciso.

Foi dito aqui que o Governador é responsável direto pela forma de muitas famílias de trabalhadores públicos do Estado do Paraná e conseqüentemente é responsável pela degradação da qualidade dos serviços públicos que são oferecidos à população.

Mas, é sobre essas contradições que estão manifestadas nas razões do veto que eu gostaria de discorrer agora.

Primeiro - ao enviar a Mensagem a esta Casa o Governador juntou um ofício subscrito pelo Secretário de Administra-

ção, Senhor Deputado Mário Pereira aonde dizia que o índice de reajuste adotado para a fixação da proposta de revisão de vencimento é o mesmo resultante da variação do IPC do período de janeiro a dezembro de 1988, ou seja, novecentos e trinta e três vírgula sessenta e três por cento, deduzidas as antecipações concedidas a diversas categorias funcionais. Como, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que agora esse mesmo Governador vem e afirma que o reajuste previsto para março de 1989, embutido no projeto de lei enviado ao Legislativo trazia implícita a idéia de uma inflação nos meses seguintes de aproximadamente 30% ao mês. Isto não é verdade, Senhor Presidente, Senhores Deputados. Quem que é louco nesta história? É ele. Porque em dezembro dizia que o que estamos concedendo era a reposição dos 933% que houve de corrosão em 88. Agora, um mês depois veta dizendo que estava prevista uma inflação, uma corrosão de 30% ao mês. Isto é um atestado de loucura, Senhor Presidente, Senhores Deputados. A mesma pessoa fazer duas afirmações dentro de trinta dias.

Segundo: - justifica também a sua atitude dizendo que o Estado deve oferecer a sua contribuição ao plano econômico num compromisso, num plano, num projeto de salvação nacional. Pelo que se vê, Senhor Presidente, Senhores Deputados e Senhores funcionários o Senhor Governador está querendo salvar o Brasil, sacrificando, imolando os trabalhadores do setor público paranaense. Esta é a nossa conclusão. Será que é justo este preço? Será que não é caro demais? Onde é que está o programa do PMDB? Onde é que estão os compromissos de palanque com os funcionários públicos? Agora eles terão que pagar a conta e os funcionários públicos terão que salvar o Brasil do caos econômico que vive. Justifica o arrocho salarial o Senhor Governador dizendo que o Estado não pode gastar mais do que arrecada e que por isso não pode conceder esta parcela de reajuste devido. Ora! Essa é uma regra básica da matemática, porém se esquece da sonegação de impostos, das dilações de prazos para recolhimento de ICM e, sobretudo, dos acordos de compadres firmados entre Governo e empresários e que sentimos presente aqui nesta Casa, há bem pouco tempo, quando estavam reunidos o responsável pela Receita do Estado e a representação dos empresários aonde se negociou a nova Lei do ICMS.

Portanto, não se justifica. Chega até a lembrar que o Estado, conforme a nova Constituição, não pode gastar mais que 65% de suas receitas correntes com o funcionalismo público.

Mas, propositadamente se esquece de mencionar o parágrafo único daquele artigo

da Constituição que diz o seguinte: "quando a respectiva despesa de pessoal exceder o limite previsto neste artigo, deverão retornar àquele limite, reduzindo o percentual excedente à razão de um quinto por ano".

Isto é, se o Governo do Estado comprovar que a folha de pagamento ultrapassar mais de 65%, não do ICM, mas das receitas correntes, terá 5 anos para diminuir e torná-los abaixo dos 65%. Parece que o nosso Governador está querendo jogar tudo de uma vez e desta vez reduzir abaixo dos 65%.

Companheiros Parlamentares, este momento é um momento decisivo e importante. É um momento em que a nossa consciência decidirá se vamos observar não só a diminuição, a incapacidade de arrecadar que nos últimos anos baixou de 6 para 4 o potencial de arrecadação do Estado do Paraná; temos que olhar os gastos do Estado sem relembrar aqui os detalhes já pronunciado pelo nobre Deputado Algaci Túlio, os gastos com publicidade. Vamos lembrar no Orçamento a previsão de gastar quase 30 milhões de cruzados novos, - é mais do que os 39% que vai dar um pouco mais que 20 milhões de cruzados novos - que vão ser investidos em loterias. Vamos analisar os serviços da dívida do Estado do Paraná que nós, aqui, sempre questionamos o grau de endividamento, e percebemos que em 1970 o grau de endividamento do Estado do Paraná era da ordem de 6,4% da renda tributária, e agora em 1988 chega a 30,3%.

Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, temos que analisar a política de arrecadação e a política de esbanjamento que está havendo na administração do nosso Estado.

E para finalizar, Senhor Presidente, quero conchamar a todos os Parlamentares que aqui estão: vamos ouvir as nossas consciências. Sabemos que é difícil votar abertamente contra o Executivo que sempre se mostrou autoritário, mas hoje é secreto, Senhores Deputados. Vamos manifestar a nossa consciência, compreender a realidade e atender a necessidade dos funcionários do Paraná; vamos derrubar esse veto, vamos dizer não ao Palácio e vamos defender e representar aqui a vontade de mais de 500 mil funcionários públicos do Estado do Paraná.

Tenho dito. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) Concedo a palavra para encaminhamento de votação ao Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA - Senhor Presidente, Senhores Deputados paranaenses. A reposição salarial de 39% que é objeto de surrealístico veto do Senhor Governador do

Estado é a reposição salarial do mês de dezembro de 1988, para miseravelmente reduzida, defasada dos índices consagrados pelo DIEESE, ainda assim esta reposição salarial seria uma ocasião de melhoria do poder de compra dos salários dos funcionários públicos do Estado nas suas mais diversas instâncias.

No entanto, no Paraná aconteceu o impossível: o que sucedeu no futuro condenou o que já se havia decidido no passado. Ao contrário do que diziam os positivistas antigos é que o passado é que deve governar o futuro para que avance a humanidade. Foi surrealista disse eu, ontem, é surrealista não derrubamos esse veto, digo, eu hoje. Faria inveja a Salvador Dalí o horror, o que há de macabro, de fantasmagórico o fato de em janeiro o Governador revogar a reposição salarial devida por dezembro com base num "plano" inventado pelo governo, com nome de Verão, no meio do mês de janeiro. É coisa mitológica. Mais ou menos, sabem os Senhores, a deusa de janeiro da mitologia romana tinha duas caras: uma que olhava para o passado outra que olhava para o futuro. Não tem nada a ver com a modernidade, com a modernidade de um País que sofreu em 1988 uma inflação de 1033%. Vemos um Governador titubante, inseguro, mal assessorado tentando revogar o que ele mesmo propôs. Vemos mais, vemos a publicidade oficial a preços milionários, contrariando a Constituição Federal. Em São Paulo o Governo Federal perdeu em todas as instâncias a veiculação publicitária do Governador Quêrcia, mesmo com esta tal "Associação dos Amigos de São Paulo", mediante uma ação popular que os paranaenses já deveriam ter feito para que a Constituição se cumpra aqui também.

Não é só de gastos com publicidade que se deve falar, deve-se falar da austeridade que se exige do governo. E deve se discutir, sobremaneira, a relação íntima entre a contenção da inflação e o arrocho salarial.

Sempre os trabalhadores pagam a conta: a conta da viagem para o funeral do Hiroito, a conta do passeio da Guiana, a conta da intentada viagem para a Conferência de Haia para o Senhor Sarney querer se fazer espelho de Rui Barbosa. A conta pagam sempre os trabalhadores, a conta do déficit público é sempre paga pelo salário. Trabalhistas que somos do Partido Democrático Trabalhista, na prática do poder através do exercício do Poder do Prefeito Jaime Lerner em Curitiba, mantivemos as duas reposições salariais possíveis: a de janeiro e a de fevereiro e mandamos às favas as recomendações do Plano Verão. No entanto, nas razões do veto, não é o que diz o Governador Álvaro Dias - diz que deve vetar o índice de 25,52% da reposição

de uma categoria; o índice de 44,34% da reposição de outra categoria; o índice de 38,76% da reposição de outra categoria; o índice de 39,27% da reposição de outra categoria. E diz que deve vetar porque a premissa embutida na primeira proposta do Executivo era de que a inflação seria de 30% entre o tempo da tramitação da lei e o mês de março. Ora, nós sabemos, a inflação em janeiro foi de 60% de acordo com a Fundação Getúlio Vargas e foi de 19% de acordo com o Governo Federal. Ora, nós sabemos, a inflação de acordo com o IBGE em fevereiro esteve entre 13 e 14% e esteve em 3,84% de acordo com os parâmetros aferidos pelo Governo Federal.

Há uma locomotiva prestes a explodir, mas há pilotos da locomotiva que ao invés de tentarem diminuir a pressão da caldeira, ao invés de tentarem colocar água na fervera, ao invés de tentarem colocar pão sobre a mesa quebram o relógio de pressão da locomotiva, tentando deformar os índices e arrochar os salários e pedir à sociedade inteira que se cale, em nome da austeridade. Fala o Governador em gastar somente o que se arrecada. Cobramos nós, aonde a Secretaria da Fazenda, agindo contra os sonegadores, com o rigor que exige a lei, aonde o interesse público efetivamente expresso quando entre as estrepolias de "Sassá Mutema", aparece agora, felizmente mudo, talvez para tentar respeitar a Constituição, no horário nobre da televisão, o Governador que se diz dos paranaenses, mas pelo jeito não é de todos, porque aos funcionários públicos quer excluir do seu apreço e do seu aprisco.

Vemos, de repente, que parece que o Partido do Governo não aprendeu a lição das urnas. A desinformação, nem sempre vence a informação do povo, que vai de boca em boca. Lembram-se? Houve um tempo em que a greve dos professores, na imprensa do Paraná não existia, porque o Palácio assim determinara. No entanto, de boca em boca se fez a notícia e de boca em boca se fez a informação. A desinformação perdeu a eleição. Hajam os Deputados do PMDB de acordo com a luz, com a clarividência e com a informação. Nós precisamos, somos 22 da Oposição, precisamos de 28 votos para derrubar o veto. Precisamos, portanto, dos votos de seis a oito Deputados do PMDB. É a estes Deputados que nós encarecemos, sufraguem pela derrubada do veto, questionando o Poder Federal, questionando o disposto por Sarney e mais do que isso, o disposto pelo Fundo Monetário Internacional.

Vejam os Senhores, nas razões do veto, diz o Governador do Estado: "Assim entendemos, que o Estado deve oferecer a sua contribuição ao Plano Econômico num esforço de salvação nacional, para usar a ex-

pressão do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, José Sarney, incorporando a premissa da redução dos gastos até o limite da arrecadação. Cita Álvaro a Sarney. Cita a perspectiva da inflação zero. De novo eles acreditam, como a nação inteira, um tempo, no tempo do Plano Cruzado, acreditou. Só que as panelas já não acreditam. As prateleiras dos supermercados já não acreditam. As enxadas já não acreditam. Os celeiros, vazios de sementes, já não acreditam. Já não acreditam os pais e as mães de família. E não acredita o próprio Governo, quando aumenta o telefone. E não acredita a própria Presidência da República ... Só para concluir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (José Afonso Júnior)
Tem mais trinta segundos.

O SR. RAFAEL GRECA - Quando o Secretário de preços públicos, do Ministério da Fazenda, um dia antes do Plano Verão telefonou para o Prefeito de Curitiba e para os prefeitos de todas as capitais determinando o reajuste dos ônibus do transporte coletivo. Semeou-se, antes do congelamento, a carístia. O Plano Verão "vai para o brejo", mas a reposição salarial vai além desta discussão. É uma discussão intrínseca, da própria justiça social, aplicada no Paraná. É ridículo o índice de 39%. Mas é necessário. E porque é necessário, nós apelamos aos homens bons da Bancada do PMDB, às pessoas de caráter da Bancada do PMDB, não quero excluir as duas Deputadas, que votem pela derrubada deste veto. Apelamos em nome da justiça social. Apelamos em nome da paz social no Paraná. Apelamos em nome da produtividade da máquina estatal, porque as pessoas mal pagas pouco podem produzir. Tal apelamos, com o elevado interesse e espírito público, de dizer que o Paraná nunca se furtou a reconstruir o Brasil, têm se furtado isto sim, Estados outros e gente outra, sobretudo o Senhor Sarney e os seus.

Era isto.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) -
Concedo a palavra para encaminhamento de votação, ao Deputado Paulino Delazeri.

O SR. PAULINO DELAZERI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Deputadas, funcionários públicos do Paraná que aqui se fazem presentes, democraticamente, ordeiramente, buscando o seu direito e aliás, uma obrigação em fazerem isso, porque sem esta pressão, sem esta prática democrática, não haverá democracia neste País.

Os funcionários públicos que no Brasil, como nunca aconteceu na história des-

te país, nos últimos anos e nos últimos meses principalmente se transformaram na causa principal do caos que assola este país, segundo os discursos oficialistas do poder em todas as instâncias. Dizem que os funcionários públicos são a causa principal da desgraça nacional e estão aí a desmoralizar o funcionário público, a sua família, a sua moral, e a sua vontade de acertar e de melhorar a vida do Estado e do Brasil.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, os funcionários públicos, segundo dados divulgados ainda nesta semana pela "Gazeta Mercantil", no Brasil no poder federal, custam um bilhão e duzentos milhões de cruzados novos. Esta é a folha de pagamento dos funcionários públicos brasileiros do poder federal, mas, Senhor Presidente, Senhores Deputados, neste mês de fevereiro também a "Gazeta Mercantil", tendo como fonte o Banco Central, divulga que a política de altos juros praticada pelo Governo Federal, custou ao erário público, ao Estado brasileiro, nada mais, nada menos do que 8 bilhões de cruzados novos, portanto, 6 folhas de pagamento dos funcionários federais.

Está aí o discurso oficial a dizer que os culpados desta situação são os trabalhadores, que para estes que fazem o discurso contra o funcionário público, em todos os níveis, são pessoas que não têm vocação para o trabalho, que são fantasmas, que são os que recebem sem trabalhar, que são os que não querem levar este País ao desenvolvimento.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, se existe crise e desvios no setor público através do funcionalismo, eu reconheço que existe, mas se existe é por um mau gerenciamento das chefias instaladas politicamente no Estado brasileiro, porque neste país quem nomeia chefias de Departamentos, de setores, de superintendências, de diretorias, de chefias de gabinete, não é processo seletivo através de concurso público, através de produtividade, através do interesse pelo setor em que o funcionário trabalha, mas quem nomeia, quem exonera é a chefia política e é esta chefia política que está instalada no poder e em todas as instâncias do País, é que está levando o Estado brasileiro ao caos. Por isto, não é o funcionalismo público o causador da situação que aí está, o funcionalismo público, se tem problema, e reconhecemos que tem são conseqüências e não causas; porque as causas, são muitas outras e principalmente o mal gerenciamento do Estado brasileiro.

Então, por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, com absoluta sinceridade, não poderia voltar para o meu Gabinete, e lá eu tendo cinco ou seis funcio-

nários, e conheço a condição de vida desses funcionários que trabalham comigo. O que mais recebe não recebe mais que 10 salários-mínimos; mas a média salarial desses funcionários que ocupam cargos em comissão, portanto sem nenhuma garantia social e previdenciária, é bem menor do que cinco salários-mínimos.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, entrar num lar de uma família que ganha menos do que cinco salários-mínimos hoje é ver a carência, a falta de alimentos até, a falta de lazer, de cadernos para o seu filho estudar, de roupa, de material, de higiene para poder sobreviver com dignidade.

Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, Deputado de um Partido que prega a democracia social não poderia jamais voltar para o meu gabinete e encarar o funcionário que lá trabalha seis, sete, oito horas por dia e, quando convocados extraordinariamente lá estão, encará-los sabendo que na sua casa está a faltar os bens necessários para a sobrevivência digna.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, os Deputados do PMDB que estão condicionados, pressionados a votar favoravelmente a este veto, sabem que o achatamento ao salário é tudo muito conseqüência e não causa dos desvios do setor público. E se continuarmos a sacrificar aos mais fracos nos momentos de crise, estaremos praticando atos que considero no mínimo anti-social e anti-humano, porque a prioridade, como disse o meu Líder aqui, no nosso Partido, na Social Democracia, é o ser humano e seu desenvolvimento pleno porque não tem outra razão senão a vida plena.

Estou aqui para convocar e tenho a absoluta certeza de que muitos Parlamentares do PMDB que têm o verdadeiro sentido do que é a vida, do que são as necessidades sociais, votarão aberta ou secretamente contra ao veto porque estarão votando a favor dos seus irmãos, dos seus amigos, dos seus companheiros, dos seus irmãos que precisam ter melhores dias.

Venho aqui, Senhor Presidente, Senhores Deputados, fazer um protesto e dizer que não voto mais a favor dos que querem achatar ainda mais os salários dos fracos, dos que não podem decidir sobre os seus próprios salários. Venho aqui para fazer um protesto e dizer que as causas estão instaladas principalmente lá em Brasília no Poder Federal e eu como não apoiei aquele Poder Federal, sinto-me plenamente à vontade em vir aqui e dizer que voto contra as causas da miséria brasileira e dos problemas brasileiros. Voto contra a política que está aí, que privilegia e que continua privilegiando o capital improdu-

tivo, os especuladores, os monopólios, os oligopólios e o latifúndio em detrimento do trabalho e do capital produtivo. Venho aqui para dizer e convocar companheiros Parlamentares que vieram a esta Casa com o voto dos que aqui estão presentes ou representando para que votem a favor do trabalho, porque é só dignificando a vida que nós nos sentiremos plenamente felizes também no nosso cotidiano. Porque como foi difícil para mim ter que votar muitas vezes contra a minha consciência e amargar as noites mal dormidas, certamente muitos Parlamentares do PMDB terão noites mal dormidas, se votarem contra os seus irmãos, contra as suas irmãs, contra o trabalho que estão a reivindicar uma esperança a mais, um pouco mais de dignidade nos seus lares para suprir as necessidades básicas.

É isto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, não vamos fazer discursos com muitos dados ou mesmo emocionais. Estamos aqui para dizer que convivemos com gente simples porque simples também somos, e até ontem, até economicamente, nós éramos tão simples, quanto a maioria dos funcionários públicos, hoje encontro-me privilegiado, como Deputado, ganhando um bom salário, mas, não esqueço, porque tenho meus amigos nas camadas populares da população, e quando vou ao lar desses companheiros, sei e sinto, como é que estão vivendo, e não poderia negar aqui o voto para que os filhos desses meus amigos tivessem mais ... (Soam os tímpanos)

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - À Mesa encerrou a lista de inscrição para encaminhamento de votação, e reacende a palavra os Senhores Deputados, Lindolfo Júnior, Basílio Zanusso, Ezequias Losso e Luiz Alberto.

Com a palavra o nobre Deputado Lindolfo Júnior.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Ninguém desconhece a amizade que tenho com o Governador Álvaro Dias. A sua família pioneira na minha cidade, mas hoje, quando se busca um consenso, venho à tribuna, Senhor Presidente, alertado até por alguns companheiros, de que haverá retaliação com relação a nós, de que votarei contra o veto governamental.

(Palmas).

Não votarei contra pelos aplausos, não votarei contra para ficar de bem com o funcionalismo. Votarei contra porque em votando contra, votarei com a minha consciência, e quando eleito pelo Partido da Frente Liberal em 1986, fui o único Deputado que acompanhou o Governador Álvaro

Dias, na minha microrregião, por este Estado, o homem, que significava, que era sinônimo de esperança, para os problemas do nosso Estado.

E, eu não tenho dívidas por acompanhar o trabalho deste Governador, de que continua dedicado, e se preciso fosse empregaria a sua própria vida pelo Paraná.

Mas, não tenho dívida, de que neste momento, amigo que sou do Governador, devo dizer que ele está equivocado, equivocado porque um Governo de Estado não é governado apenas por um homem, mas por uma assessoria, equivocado porque uma semana e meia antes do Plano Verão, ele já me contava do congelamento e de tudo o que vinha por aí. Equivocado, porque apavorado que está com as finanças do Estado em sanear, em fazer um trabalho sério em prol do Paraná a que ele jurou e prometeu, hoje, equivoca-se por ouvir alguns da sua assessoria.

Agora vejam bem, Senhores Deputados, quando fomos pedir o voto, pedíamos consciência da população, pedíamos o voto consciente; pedíamos para que o povo votasse nos melhores. Eu particularmente nunca quis nada e não são todos também que acompanham o governador Álvaro Dias e recebem as benesses do poder. Mesmo porque sei da sua linha, sei do seu trabalho e jamais, em momento algum aceitaria barganhar isso ou aquilo porque já sei do PFL porque não concordava com os desmandos, com a incoerência, com as definições das bases e, lá em Brasília, o Ministro Antônio Carlos Magalhães para que eu não saísse do Partido e o Líder do PFL é testemunha, me oferecia uma emissora de rádio para que eu ficasse no Partido. Não me curvei, não disse "sim senhor", não disse "amém" e jamais direi.

Recebo da minha cidade e da minha região, uma pesquisa onde a cada dia que passa, cresce ainda mais o nosso nome, a nossa popularidade, a nossa credibilidade porque votamos, porque agimos com a nossa consciência e, eu respeito os demais 53 Deputados.

Venho a esta tribuna, Senhor Presidente Anibal Khury, para dizer que voto por entender que não existe sequer aumento salarial. Existe uma reposição que o funcionalismo que aqui está, marcado e eu que todas as semanas estou na minha base, nos meus municípios e encontrei-me dias atrás com uma professora dos tempos do ginásio. Uma senhora sofrida pelo tempo e que me dizia:

- Lindolfo, você se lembra de mim?

E eu dizia:

- Não, não me lembro da senhora.

E aí, ela me respondeu:

- Eu sou a sua professora do ginásio.

Uma mulher esfarrapada; uma mulher sofrida; uma mulher que me ensinou o "b-a-

-bã"; uma mulher que me incentivou para que eu fosse para o colegial, para a universidade. E hoje esta senhora está aí, sofrendo, à míngua, esquecida. Uma mulher que ensinou o "b-a-bã" a um Deputado Estadual que vai ajudar na confecção da nova Carta Política do Paraná.

Então, isto me machuca, Senhores Deputados; isto me magoa, porque sei também que a Deputada Amélia Hruschka que é uma mulher que mexe com as crianças de Campo Mourão; também sabe do sofrimento do funcionário público.

E agora eu coloco. Imaginem nós Deputados ganhando o que ganha o servidor público, porque nós também somos servidores públicos, jamais trocaríamos a nossa vida no interior, o nosso trabalho na iniciativa privada para nos dedicarmos com afinco como fazemos todos os dias.

Por isso quero que a Bancada do PMDB entenda esta minha posição. Quero que aqueles que vêm tentar fazer com que eu me curve, saibam que existe acima de tudo um Ser Supremo. E homem cristão que sou sei que não adianta palavras demagógicas desta tribuna, ou discursos bonitos porque um dia todos nós, todos nós, sem exceção iremos para um julgamento final e lá nós teremos que prestar contas a alguém que sabe que não adianta mentir.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas.

Já foi amplamente discutida a questão relacionada com o veto apostado pelo Sr. Governador ao Projeto de Lei aprovado por esta Casa, referente à reposição salarial; não haveria muito a ser acrescentado, mas deve o Partido Liberal fixar a sua posição, neste momento, em que se analisa intrinsecamente a importância do fator trabalho, no contexto social e econômico do nosso Estado.

Um dos postulados do Partido Liberal, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é exatamente buscar o equilíbrio entre as classes. No caso presente, o Governo Estadual representa o detentor do capital, aquele que tem os meios, aquele que tem a decisão quanto aos valores a serem dirigidos ao que presta, através do seu trabalho, a colaboração para que os negócios públicos sejam desenvolvidos a contento. Como esse percentual corresponde àquilo que é considerado necessário para que o servidor público venha a ter o seu poder de compra recuperado, em relação ao ano passado, e não se está aqui tratando de um reajuste ou de um aumento, mas de uma mera reposição, acredita o Partido Liberal, que é im-

portante e fundamental este reconhecimento, até para que o equilíbrio possa se dar e nós possamos, de cabeça erguida, dizer que o fator trabalho está, efetivamente, sendo valorizado, no Estado do Paraná, a partir da esfera pública.

Por esta razão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, sem querer dizer que a rejeição do veto seria qualquer tipo de manifestação hostil ao Sr. Governador, absolutamente, não é nada contra o Sr. Governador, é apenas uma manifestação a favor daquele que está trabalhando para o progresso, para o crescimento do Estado do Paraná, nas repartições públicas.

Por isso o Partido Liberal votará pela aprovação do Projeto original, contrariando, portanto, o veto apostado pelo Sr. Governador.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Último orador inscrito, para encaminhamento, Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Há uma palavra para definir o que o Governo do Estado quer fazer com o funcionalismo público estadual. Esta palavra, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é "calote". O Governador Álvaro Dias, que mandou uma Mensagem em dezembro para pagar a sua dívida para com o funcionalismo estadual no ano de 88, disse que ia dar 100% em janeiro e 39% em março. Assinou uma nota promissória, que foi avalizada por este Poder, Deputados do Governo e Deputados da Oposição.

Naquela ocasião apresentei uma emenda, pedia que em janeiro se desse 126%, porque era o total das perdas acumuladas pelo funcionalismo desde janeiro, fevereiro, até dezembro de 88. Seria o cálculo exato para o Governador dar apenas as URPs atrasadas e os aumentos preguiçosos que Sua Excelência não queria outorgar ao homem que com o seu labor, na escola, na polícia, na Assembléia, ajuda a edificar o nosso Estado do Paraná.

Pois bem: o Governador depois manda uma nova Mensagem para esta Casa. Diz, em português bem simples, a minha palavra de Chefe do Poder Executivo Estadual não vale nada e por favor, Deputados do Paraná, desconsiderem o compromisso, a nota promissória da dívida do Governo para com o servidor público estadual. Dívida, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, que foi avalizada pela bancada do PMDB nesta Casa.

Imagine, Sr. Presidente Anibal Khury, imaginem, Srs. Parlamentares se o servidor público, seja ele graduado do Poder Judiciário, do Poder Executivo ou do Poder Legislativo, vai num banco, assina o seu nome, um pedido de "papagaio" para pagar dali a noventa dias, e se ele não paga, ele

é executado, perde o seu bem, perde o seu crédito.

Pois bem: o homem do povo tem que pagar aquilo que deve. Mas o ditador de plantão no Palácio Iguazu não quer pagar a sua dívida, porque ele na verdade, não paga as dívidas e nem honra os compromissos que tem assumido perante a população do Paraná.

Dizer, Srs. Parlamentares, que não há recursos para pagar a reposição salarial de 88, é tentar negar ao Paraná de que a arrecadação no Estado subiu no ano passado 2.500%; e para o servidor público, o reajuste no ano findo foi de apenas 540%. Mas, em contrapartida, aumentaram as verbas do Governo destinadas à promoção pessoal de Sua Excelência, o Governador Álvaro Dias.

Nunca se viu neste Estado, um endeuamento tamanho, de um homem público, como igualmente nunca se viu neste Estado, um governo que trata tão mal o funcionalismo, que chega a espezinhar com cavalos, os professores na praça pública.

Este é o quadro verdadeiro do Estado do Paraná; obras sendo paralisadas, empréstimos internacionais sendo obtidos com a reforma tributária adotada pelo governo federal; a própria Secretaria das Finanças reconhece, vai receber um aumento real efetivo, neste ano de 1989, já a partir de março, de 12%.

Portanto, Srs. Parlamentares, é de se perguntar: merece credibilidade um homem que assina uma promissória, e depois, nega o seu próprio nome e a sua própria assinatura? Ou é melhor nós acreditarmos, Srs. Parlamentares, naquilo que os nossos olhos estão vendo, e o nosso coração está sentindo.

Será, Srs. Parlamentares, que é melhor ficar com as mordomias do Palácio Iguazu, ou com o sofrimento do funcionário público que vê a tarifa d'água subir dois mil por cento; ônibus, mil e setecentos por cento; a inflação de janeiro, 70%; a inflação real de fevereiro em mais de 13, 14 ou 15%.

Não falem, por favor, no plano "tapeação" do Governo Sarney; governo para o qual o Governador Álvaro Dias vendeu até a própria dignidade do Paraná, ao ser um dos coordenadores dos cinco anos para Sarney.

Este plano é do ano de 89, e nós estamos discutindo a dívida que o Estado tem, para com o servidor, do ano de 88.

A decisão será na cabine secreta, mas, também ficará na consciência de cada Parlamentar.

É o momento desta Casa afirmar ao Paraná, de que nós queremos um Estado justo, fraterno e irmão.

Um Estado, Sr. Presidente, onde os homens de bem honrem a sua assinatura, e os

Deputados honrem o seu aval concedido a Álvaro Dias.

Muito obrigado, Sr. Presidente.
(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa esclarece ao Plenário que para a votação da Proposta nº 09/89, adotará o disposto pelo § 4º do Art. 66 da Constituição Federal, ou seja, o processo de votação será por escrutínio secreto.

Solicita aos Srs. Deputados que atendem para a forma geral utilizada. O Sr. 1º Secretário fará a chamada nominal dos Srs. Deputados. Ao ser chamado, o Deputado deverá dirigir-se à Mesa, onde receberá a sobrecarta do Sr. 1º Secretário, após o que, dirigir-se-á à cabine indevassável, localizada à direita da Mesa, onde em seu interior encontram-se duas cédulas de votação com as expressões SIM e NÃO.

Os Srs. Deputados que pretenderem votar pela aprovação do Projeto e a consequente derrubada do veto usarão a cédula NÃO e aos que rejeitarem usarão a cédula SIM. Em favor do Projeto o veto...

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO (Pela Ordem) - Apenas para esclarecimentos, Sr. Presidente.

A votação SIM...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Derruba o veto.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - ... derruba o veto. O NÃO mantém o veto.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA (Pela Ordem) - Eu solicito que Vossa Excelência mantenha a primeira decisão e não a segunda, estimulada pelo Líder Artagão Mattos Leão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai submeter de acordo com o Regimento Interno. A favor do Projeto com a cédula SIM, derruba o veto e pela manutenção do veto, a cédula NÃO.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA (Pela Ordem) - Quem votar SIM, vota a favor...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Do Projeto. Contra o veto.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - ... da Mensagem Governamental.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Contra o veto.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - ... que nega o aumento de 39%.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Quem vo-

tar SIM...

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Quem votar SIM, vota a favor do Palácio. Quem votar NÃO...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não, é o contrário. Quem votar SIM, derruba o veto, é a favor do Projeto. Quem votar NÃO...

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Eu agradeço a Vossa Excelência.

O SR. NEREU MASSIGNAN - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Com a palavra, pela ordem, o Deputado Nereu Massignan.

O SR. NEREU MASSIGNAN - Sr. Presidente, eu gostaria de ponderar a Vossa Excelência e requerer que determinasse a chamada nominal antes de fazer a votação, para nós fazermos, então, a verificação de quorum em Plenário da Assembléia. Eu pondero a Vossa Excelência da necessidade de se proceder a isto para saber quantos Deputados estão presentes na Assembléia.

Mesmo porque, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa lamenta indeferir a questão de ordem de Vossa Excelência, porque a chamada nominal vai se verificar através da votação.

O Sr. 1º Secretário procederá à chamada dos Srs. Deputados para a votação.

Com a presença de 46 (quarenta e seis) Deputados.

O SR. VALDERI VILELA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra, o Sr. Deputado Valderi Vilela.

O SR. VALDERI VILELA - Sr. Presidente, por ocasião do nosso encaminhamento de votação, nós solicitamos de Vossa Excelência a definição de uma questão de ordem, em função do disposto no § 2º do art. 66 da Constituição Federal... porque nós entendemos, Sr. Presidente, ser o veto totalmente inconstitucional.

Eu gostaria que Vossa Excelência definisse isso para a Bancada do PDT e às demais bancadas da Oposição desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai indeferir a questão de ordem de Vossa Excelência e vai submeter à votação o veto.

O Sr. 1º Secretário procederá à chama-

da dos Srs. Deputados para a votação.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados para a votação do veto governamental).

Votaram 46 Srs. Deputados; ausentes 08 Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa salienta que para a aprovação do Projeto com a conseqüente rejeição do veto, serão necessários 28 (vinte e oito) votos. Solicito à comissão a ser designada dos Deputados Luiz Alberto Oliveira, Nereu Massignan, Valderi Vilela, Edmar Luiz Costa, Artagão Mattos Leão, Rafael Greca, Nestor Baptista e Erondy Silvério, para que procedam ao escrutínio.

(Procede-se à apuração dos votos)

Votaram 46 Srs. Deputados; 24 Srs. Deputados votaram SIM, 21 Srs. Deputados votaram NÃO; 01 voto em branco: em decorrência do resultado, declaro REJEITADO O PROJETO.

O SR. NEREU MASSIGNAN - Questão de ordem, Sr. Presidente, antes da proclamação!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência tem a palavra.

O SR. NEREU MASSIGNAN - A Questão de ordem é a seguinte: como integrante da Comissão de apuração dos votos, eu constatei que existem votos não marcados, a cédula tem sinais no verso. Razão por que, numa Assembléia, num colegiado tão restrito como o nosso, em número de votos que são 54, dos quais apenas 46 compareceram, considerando que os votos marcados invalidam a votação, eu requeiro, Sr. Presidente, nova votação. E que as cédulas sejam colocadas nos envelopes sem qualquer marca. As cédulas estão na Mesa e a Mesa Executiva e os partidos políticos poderão constatar: cédula marcada dentro da Assembléia, é votação espúria! Nós não podemos aceitar isso, Sr. Presidente! Eu invoco a pureza do processo eleitoral, a dignidade da Assembléia para que este fato seja considerado como grave, razão porque deverá ser anulada a votação e procedida nova votação. Nós aceitamos a minoria, mas queremos uma minoria limpa, uma minoria democrática, um processo que não seja eivado de vício. Esta é a questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. RAFAEL GRECA - E diante do exposto pelo Deputado Nereu Massignan, eu requeiro a guarda das cédulas, porque já as vi na mão do Líder do PMDB.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Sr. Presidente,

também integrei a Comissão apuradora, e os votos a favor do veto estavam abertamente marcados, e mais um detalhe ainda, com fiscalização da Casa Civil, à porta da urna, e mais um detalhe ainda, a cédula à favor do veto era da cor preta. A cédula contra o veto era clara e o envelope claro também. Aqueles que não marcaram ficaram decididamente posicionados porque é evidente, a cédula preta aparecia sobre o envelope branco.

O SR. NEREU MASSIGNAN - Sr. Presidente, complementando a questão de ordem. Antes da decisão da Mesa, eu requeiro a Vossa Excelência, a formação de uma Comissão pluripartidária com a representação de todos os partidos para verificação da denúncia que acabo de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa considera rejeitado o Projeto e mantido o veto. Vossa Excelência, como membro da Comissão que apurou os votos, deveria

ter impugnado no instante, de acordo com o que decide a Justiça Eleitoral.

O SR. NEREU MASSIGNAN - Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 06, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO:

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 75/88

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 121, 152, 176, 178, 182, 184, 188, 190 e 200/88, e 09/89, e dos Projetos de Resolução nº 72 a 74/88.

Levanta-se a sessão.